ATOS DO GABINETE DO SUBDEFENSOR PÚBLICO-GERAL FEDERAL

PORTARIA GABSUBDPGF Nº 01, DE 13 DE OUTUBRO DE 2026.

Institui a Comissão Organizadora do VII Concurso Público para provimento de cargos de Defensora ou Defensor Público Federal de Segunda Categoria.

O SUBDEFENSOR PÚBLICO-GERAL FEDERAL, no uso da competência que lhe foi delegada pelo art. 1º da Portaria GABDPGF DPGU nº 1434, de 25 de setembro de 2026, publicada no Boletim Eletrônico Interno da DPU nº 183, de 28 de setembro de 2026, e tendo em vista o disposto nos arts. 2º, 4º, 5º e 6º da Resolução CSDPU nº 255, de 18 de junho de 2026, e o que consta do Processo SEI nº 08038.011275/2026-09,

CONSIDERANDO a Decisão SEI nº 9198731, que autorizou a abertura do VII Concurso Público para provimento de cargos de Defensora ou Defensor Público Federal de Segunda Categoria, a ser regido pela Resolução CSDPU nº 255, de 2026;

CONSIDERANDO que a Portaria GABDPGF DPGU nº 1434, de 2026, delegou ao Subdefensor Público-Geral Federal a condução do certame, inclusive a presidência da Comissão Organizadora;

CONSIDERANDO a indicação de titular e suplente pela Associação Nacional das Defensoras e dos Defensores Públicos Federais, por meio do Ofício ANADEF nº 026/2026 (SEI nº 9289856), e pelo Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, por meio do Ofício nº 695/2026-GPR (SEI nº 9283459); e

CONSIDERANDO que a constituição da Comissão Organizadora é pressuposto do edital de abertura, que deve indicar sua composição, nos termos do art. 10, § 1º, inciso VI, da Resolução CSDPU nº 255, de 2026,

RESOLVE:

Art. 1º Fica instituída a Comissão Organizadora do VII Concurso Público para provimento de cargos de Defensora ou Defensor Público Federal de Segunda Categoria, com a seguinte composição:

I - Presidente: o Subdefensor Público-Geral Federal, Exmo. Dr. Holden Macedo da Silva, por delegação da Defensora Pública-Geral Federal, Exma. Dra. Tarcijany Linhares Aguiar Machado (Portaria GABDPGF DPGU nº 1434, de 2026);

II - Secretário: o Diretor da Escola Nacional da Defensoria Pública da União, Exmo. Dr. Diego de Oliveira Silva, substituído, em suas faltas, impedimentos ou afastamento definitivo, pela Vice-Diretora da Escola Nacional da Defensoria Pública da União, Exma. Dra. Eliana Monteiro Staub Quinto;

III - representante da Associação Nacional das Defensoras e dos Defensores Públicos Federais: Exma. Dra. Alessandra Lucena Wolff, titular, e Exma. Dra. Maria Cecília Lessa da Rocha, suplente; e

IV - representante do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil: Ulisses Schwarz Viana, OAB/MS nº 5.343 e OAB/DF nº 30.991, titular, e Erick Biill Vidigal, OAB/DF nº 17.495, suplente.

Art. 2º Compete à Comissão Organizadora adotar todas as providências necessárias à realização do concurso (art. 2º da Resolução CSDPU nº 255, de 2026) e, especialmente:

I - elaborar o edital de abertura do concurso e, se for o caso, o de abertura das inscrições, bem como o cronograma com as datas de cada fase (art. 4º);

II - supervisionar os atos de execução praticados pelo prestador de serviço organizador do concurso (art. 6º, I);

III - deliberar sobre as questões das provas objetivas, dissertativas escritas e orais elaboradas pelas Bancas Examinadoras (art. 6º, II);

IV - publicar os gabaritos oficiais e o resultado dos recursos apreciados pelas Bancas Examinadoras (art. 6º, III);

V - apurar e publicar os resultados de cada fase do concurso (art. 6º, IV);

VI - elaborar e publicar a lista de classificação final do concurso (art. 6º, V);

VII - designar as comissões de confirmação complementar à autodeclaração de que trata o art. 12, inciso I, da Resolução CSDPU nº 255, de 2026; e

VIII - deliberar sobre a delegação ao prestador de serviço organizador da elaboração, da correção e do julgamento dos recursos das questões da prova objetiva, na forma do art. 7º, § 1º, da Resolução CSDPU nº 255, de 2026.

Art. 3º A Comissão Organizadora deliberará por maioria de votos, cabendo ao Presidente, além do voto de membro, o de qualidade (art. 5º, §§ 2º e 3º, da Resolução CSDPU nº 255, de 2026).

Parágrafo único. As reuniões poderão ser realizadas por meio eletrônico, e as deliberações serão registradas em ata juntada ao processo do certame.

Art. 4º Os membros titulares e suplentes da Comissão Organizadora firmarão, no prazo de 5 (cinco) dias úteis contados da publicação desta Portaria, a declaração de inexistência de vedação, impedimento e suspeição constante do Anexo I, relativa às hipóteses do art. 5º, § 4º, inciso II, e do art. 9º, §§ 4º e 5º, incisos II a IV, da Resolução CSDPU nº 255, de 2026.

§ 1º No prazo de 5 (cinco) dias úteis contados da publicação da relação dos candidatos com inscrição deferida, os membros titulares e suplentes firmarão a declaração complementar constante do Anexo II, relativa às hipóteses de parentesco e de vínculo com candidatos (art. 5º, § 4º, inciso I, e art. 9º, §§ 4º, 5º, incisos I e V, e 7º, da Resolução CSDPU nº 255, de 2026).

§ 2º A superveniência de causa de impedimento ou suspeição, a qualquer tempo, inclusive na fase das provas orais (art. 9º, § 6º, da Resolução CSDPU nº 255, de 2026), será comunicada imediatamente, por escrito, ao Presidente da Comissão Organizadora, na forma do Anexo IV.

§ 3º O membro impedido ou suspeito será substituído pelo respectivo suplente (art. 9º, § 8º, da Resolução CSDPU nº 255, de 2026).

§ 4º O membro que não apresentar as declarações nos prazos deste artigo não participará das deliberações da Comissão Organizadora até sua regularização, sendo convocado o respectivo suplente.

Art. 5º Os membros titulares e suplentes da Comissão Organizadora firmarão, no prazo do *caput* do art. 4º, o termo de compromisso de sigilo e confidencialidade constante do Anexo III, em observância ao art. 61, § 2º, da Resolução CSDPU nº 255, de 2026, e à Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018.

Art. 6º As declarações e os termos serão firmados eletronicamente no Processo SEI nº 08038.011275/2026-09, ou em processo a ele relacionado, e mantidos sob acesso restrito, em razão dos dados pessoais que contenham.

Art. 7º A Comissão Organizadora funcionará até a homologação do resultado final do concurso, sem prejuízo das atribuições remanescentes durante o prazo de validade do certame.

Art. 8º Ficam aprovados os Anexos I a IV desta Portaria.

Art. 9º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

HOLDEN MACEDO DA SILVA
Subdefensor Público-Geral Federal

Documento assinado eletronicamente por **Holden Macedo da Silva**, **Subdefensor Publico-Geral Federal**, em 13/10/2026, às 16:28, conforme o §2º do art. 10 da Medida Provisória nº 2.200-2, de 24 de agosto de 2001.

A autenticidade do documento pode ser conferida no site http://www.dpu.def.br/sei/conferir_documento_dpu.html informando o código verificador **9405682** e o código CRC **D921F737**.

ANEXO - GABSUBDPGF

ANEXO I - PORTARIA 01/2026

DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE VEDAÇÃO, IMPEDIMENTO E SUSPEIÇÃO

Portaria GABSUBDPGF nº 01, de 13 de outubro de 2026 - Comissão Organizadora do VII Concurso Público para provimento de cargos de Defensora ou Defensor Público Federal de Segunda Categoria

(firmada no prazo de 5 dias úteis contados da publicação da Portaria - art. 4º, caput)

Campo	**Preenchimento**
Nome completo	
Cargo ou qualificação	
Matrícula SIAPE ou nº de inscrição na OAB	
Função na Comissão Organizadora	
Condição (titular ou suplente)	

Na condição de integrante da Comissão Organizadora do VII Concurso Público para provimento de cargos de Defensora ou Defensor Público Federal de Segunda Categoria, DECLARO, sob as penas da lei, para os fins do art. 5º, § 4º, e do art. 9º, §§ 4º e 5º, da Resolução CSDPU nº 255, de 18 de junho de 2026:

I - que NÃO exerci, nos 2 (dois) anos anteriores à formação da Comissão Organizadora, a função de professor de qualquer modalidade de curso preparatório para concursos públicos na área jurídica, ainda que não destinado especificamente à preparação para o cargo de Defensor Público Federal (art. 5º, § 4º, II);

II - que NÃO exerço nem exerci magistério em cursos preparatórios, formais ou informais, para concursos públicos de ingresso na Defensoria Pública ou em carreiras jurídicas, nos 2 (dois) anos anteriores à publicação do edital do certame (art. 9º, § 5º, II);

III - que NÃO detenho nem detive participação societária, como administrador ou não, em cursos preparatórios, formais ou informais, para ingresso na Defensoria Pública, nos 2 (dois) anos anteriores à publicação do edital do certame (art. 9º, § 5º, III);

IV - que NÃO possuo parente, até o terceiro grau, em linha reta ou colateral, que exerça magistério ou detenha participação societária nas condições dos incisos II e III (art. 9º, § 5º, IV);

V - que NÃO incido, no que couber, em nenhuma das hipóteses de impedimento e suspeição previstas nos arts. 144 e 145 do Código de Processo Civil (art. 9º, § 4º).

Caso alguma das afirmações acima não corresponda à sua situação, assinale e descreva:

( ) Há circunstância que pode configurar vedação, impedimento ou suspeição, a saber: _____

As hipóteses de parentesco e de vínculo com candidatos (art. 5º, § 4º, I, e art. 9º, § 5º, I e V) serão objeto da declaração complementar do Anexo II, após a publicação da relação de inscrições deferidas.

Declaro, ainda, estar ciente de que a falsidade desta declaração sujeita o declarante às sanções administrativas, civis e penais cabíveis, inclusive às do art. 299 do Código Penal, e de que deverei comunicar imediatamente ao Presidente da Comissão Organizadora qualquer alteração superveniente das circunstâncias aqui declaradas.

Local e data:

Assinatura (admitida a assinatura eletrônica)

ANEXO - GABSUBDPGF

ANEXO II - PORTARIA 01/2026

DECLARAÇÃO COMPLEMENTAR - RELAÇÃO COM CANDIDATOS INSCRITOS

Portaria GABSUBDPGF nº 01, de 13 de outubro de 2026 - Comissão Organizadora do VII Concurso Público para provimento de cargos de Defensora ou Defensor Público Federal de Segunda Categoria

(firmada até 5 dias úteis após a publicação da relação de inscrições deferidas - art. 4º, § 1º, da Portaria e art. 9º, § 7º, da Resolução CSDPU nº 255/2026)

Campo	**Preenchimento**
Nome completo	
Cargo ou qualificação	
Matrícula SIAPE ou nº de inscrição na OAB	
Função na Comissão Organizadora	
Condição (titular ou suplente)	

Na condição de integrante da Comissão Organizadora do VII Concurso Público para provimento de cargos de Defensora ou Defensor Público Federal de Segunda Categoria, tendo examinado a relação dos candidatos com inscrição deferida publicada em ____/____/_____, DECLARO, sob as penas da lei:

( ) que NÃO há, entre os candidatos com inscrição deferida, cônjuge, companheiro ou companheira, nem parente meu em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive (art. 5º, § 4º, I, e art. 9º, § 5º, I e V);

( ) que NÃO mantenho com nenhum dos candidatos relação de amizade íntima ou de inimizade, de crédito ou débito, nem relação profissional ou pessoal que configure impedimento ou suspeição nos termos dos arts. 144 e 145 do Código de Processo Civil, no que couber (art. 9º, § 4º);

( ) que HÁ, entre os candidatos com inscrição deferida, pessoa em relação à qual incido em hipótese de impedimento ou suspeição, conforme descrição a seguir (nome do candidato, número de inscrição e natureza da relação): _____

Declaro ciência de que, na fase das provas orais, também estarei impedido de participar da arguição de servidor, estagiário, terceirizado ou qualquer outro colaborador vinculado diretamente a mim,

hipótese em que serei substituído pelo respectivo suplente no momento da arguição (art. 9º, § 6º), e de que deverei comunicar o fato, na forma do Anexo IV, tão logo publicada a convocação para as provas orais.

Declaro, ainda, estar ciente de que a falsidade desta declaração sujeita o declarante às sanções administrativas, civis e penais cabíveis, inclusive às do art. 299 do Código Penal, e de que deverei comunicar imediatamente ao Presidente da Comissão Organizadora qualquer alteração superveniente das circunstâncias aqui declaradas.

Local e data:

Assinatura (admitida a assinatura eletrônica)

ANEXO - GABSUBDPGF

ANEXO III - PORTARIA 01/2026

TERMO DE COMPROMISSO DE SIGILO E CONFIDENCIALIDADE

Portaria GABSUBDPGF nº 01, de 13 de outubro de 2026 - Comissão Organizadora do VII Concurso Público para provimento de cargos de Defensora ou Defensor Público Federal de Segunda Categoria

(firmado no prazo de 5 dias úteis contados da publicação da Portaria - art. 5º)

Campo	**Preenchimento**
Nome completo	
Cargo ou qualificação	
Matrícula SIAPE ou nº de inscrição na OAB	
Função na Comissão Organizadora	
Condição (titular ou suplente)	

Na condição de integrante da Comissão Organizadora do VII Concurso Público para provimento de cargos de Defensora ou Defensor Público Federal de Segunda Categoria, COMPROMETO-ME a:

I - manter rigoroso sigilo sobre questões, provas, padrões de resposta, gabaritos, notas, deliberações, documentos e quaisquer informações não públicas a que tiver acesso em razão da função, até sua divulgação oficial, e, quanto às informações de caráter reservado, mesmo após o encerramento do certame (art. 61, § 2º, da Resolução CSDPU nº 255, de 2026);

II - não reproduzir, transmitir, armazenar em meio não autorizado nem utilizar, em proveito próprio ou de terceiros, informação ou material sigiloso do concurso;

III - tratar os dados pessoais dos candidatos exclusivamente para as finalidades do certame, observados os princípios e as regras da Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais);

IV - não ministrar aulas, palestras, mentorias ou orientações destinadas à preparação de candidatos ao concurso, nem manter com candidatos contato relativo ao conteúdo ou ao andamento do certame fora dos canais oficiais, durante o período de realização do concurso;

V - comunicar imediatamente ao Presidente da Comissão Organizadora qualquer incidente, suspeita de vazamento, tentativa de fraude ou quebra de sigilo de que tiver conhecimento.

Declaro ciência de que a quebra do sigilo sujeita o responsável às sanções civis, penais e administrativas cabíveis (art. 61, § 2º, da Resolução CSDPU nº 255, de 2026), inclusive às do art. 311-A do Código Penal.

Local e data:

Assinatura (admitida a assinatura eletrônica)

ANEXO - GABSUBDPGF

ANEXO IV - PORTARIA 01/2026

COMUNICAÇÃO DE IMPEDIMENTO OU SUSPEIÇÃO SUPERVENIENTE

Portaria GABSUBDPGF nº 01, de 13 de outubro de 2026 - Comissão Organizadora do VII Concurso Público para provimento de cargos de Defensora ou Defensor Público Federal de Segunda Categoria

(art. 4º, § 2º, da Portaria e art. 9º, §§ 6º a 8º, da Resolução CSDPU nº 255/2026)

Ao Exmo. Sr. Presidente da Comissão Organizadora do VII Concurso Público para provimento de cargos de Defensora ou Defensor Público Federal de Segunda Categoria,

Campo	**Preenchimento**
Nome completo	
Cargo ou qualificação	
Matrícula SIAPE ou nº de inscrição na OAB	
Função na Comissão Organizadora	
Condição (titular ou suplente)	

COMUNICO que, em relação ao candidato ou à candidata _____, inscrição nº _____, incido na seguinte hipótese de impedimento ou suspeição, de que tive conhecimento em ____/____/_____:

( ) cônjuge, companheiro ou parente até o terceiro grau (art. 5º, § 4º, I; art. 9º, § 5º, I e V);

( ) servidor, estagiário, terceirizado ou colaborador vinculado diretamente a mim, convocado para as provas orais (art. 9º, § 6º);

( ) hipótese dos arts. 144 ou 145 do Código de Processo Civil, no que couber (art. 9º, § 4º);

( ) outra: _____

Fase ou ato do concurso afetado: _____.

Requeiro a convocação do respectivo suplente, nos termos do art. 9º, § 8º, da Resolução CSDPU nº 255, de 2026.

Local e data:

Assinatura (admitida a assinatura eletrônica)